



*Dis. Sr. Bernardino  
9/12/2021*

**ALTERAÇÕES AO PROJETO DE PROPOSTA LEI QUE APROVA O  
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2021**

**Artigo 3.º**

**(Utilização das dotações orçamentais)**

1. O Governo, sob proposta do membro do Governo responsável pela área das Finanças, face à evolução da execução orçamental que se vier a verificar, bem como ao contexto internacional, decide sobre:
  - a) Os montantes a serem cativados;
  - b) A descativação de eventuais verbas, assim como os respetivos graus e incidências ao nível dos departamentos governamentais.
2. No caso de cativações de verbas inscritas como despesas obrigatórias, deve o Governo adotar as medidas necessárias para garantir a realização das atividades que resultarem das mesmas.

**Artigo 22º**

**Incentivos com aquisição de equipamentos e software de contabilidade e faturação**

[...].

2. A majoração dos gastos prevista no número anterior é igualmente aplicável com a realização de despesas com a migração de software, formação e parametrização dos sistemas e certificado digital relacionados com a adesão à faturação eletrónica e instalação de SAFT-CV.

**Artigo 45.º A**

**Tributo Especial Unificado**

1. As obrigações previstas no número 2 do artigo 26º do regime especial das micro e pequenas empresas para o ano de 2021 podem ser efetuadas, nos seguintes prazos:



- a) 1º Trimestre: até ao último dia do mês de junho;
  - b) 2º Trimestre: até ao último dia do mês de setembro;
  - c) 3º Trimestre: até ao último dia do mês de dezembro;
  - d) 4º Trimestre: até ao último dia do mês de março de 2022.
2. Sem prejuízo da aplicação do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 47º do código geral tributário, as dívidas do tributo especial unificado relativa ao período fiscal de 2020, mediante negociação, podem ser pagas em até 60 (sessenta) prestações.
  3. O pagamento das dívidas em prestações nos termos do número 2 determina, na parte correspondente ao valor de capital pago, a dispensa de juros compensatórios e de juros de mora, desde que os pagamentos sejam efetuados dentro dos prazos acordados.
  4. O Este regime não abrange as prestações devidas pelo trabalhador à entidade gestora dos regimes obrigatórios de segurança social.
  5. A autorização de pagamentos em prestações e a dispensa de juros podem ser anuladas se a DNRE, no âmbito da sua atribuição detetar que o sujeito passivo apresentou informações falsas ou insuficientes.
  6. As microempresas, certificadas no regime especial para micro e pequenas empresas, mais impactadas pela COVID 19, nomeadamente, transporte, hotelaria, restauração, ficam isentos do pagamento do TEU durante o ano de 2021, mediante requerimento e prova junto da Repartição de Finanças da respetiva área fiscal da quebra efetiva e significativa de atividade.
  7. Considera-se quebra efetiva e significativa para efeitos do número anterior, uma redução igual ou superior a 50% do volume de negócio comparativamente ao período homólogo.
  8. Através do Decreto-Lei de Execução Orçamental, são determinados os procedimentos e requisitos, bem como os demais sectores impactados pelo COVID 19, no âmbito do pedido de pagamento em prestações e o pedido de isenção prevista no número 6.



Artigo 45.º B  
**Pagamento em prestações**

O regime de pagamento em prestações previsto no artigo 7º da Lei n.º 100/IX/2020, de 11 de agosto, que aprova o Orçamento Retificativo para o ano económico de 2020, manter-se-á em vigor durante 2021, com a seguinte redação:

[...].

5. As dívidas não negociadas e em situação de incumprimento a 31 de dezembro de 2021 ficam, automaticamente, sujeitas às ações de cobrança coerciva, previstas nos termos da Lei.

[...].

8.A DNRE pode autorizar pagamentos em prestações de dívidas mencionadas nos artigos 8º e 9º do Decreto-Lei n.º 37/2020, de 31 de março, para além do limite temporal estabelecido naqueles artigos, sempre que o sujeito passivo demonstrar que não dispõem de meios financeiros suficientes, não podendo as prestações ultrapassar a data de 31 de dezembro de 2021.

Artigo 45.º C  
**Taxa específica sobre o tabaco**

Sem prejuízo da aplicação do imposto sobre o consumo especial nos termos da legislação em vigor é devida por cada maço de cigarro uma taxa de 40\$00 (quarenta escudos) na importação e na produção nacional.

Artigo 45.º D  
**Taxa Estatística Aduaneira**

1- A Taxa Estatística Aduaneira (TEA) instituída pelo artigo 31.º da Lei n.º 23/VIII/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2013, mantém-se em vigor durante o ano de 2021, com as alterações efetuadas pela Lei n.º 44/IX/2018, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2019.

2- Está isenta da TEA a importação de bens oferecidos à entidade de utilidade pública que visem exclusivamente fins humanitários.





#### Artigo 50.ºA

### **Autorização legislativa para elaborar um regime de suplementos remuneratórios do pessoal da DNRE**

1. Fica o Governo autorizado a aprovar um regime legal sobre os suplementos remuneratórios auferidos pelo pessoal da DNRE, designadamente sob a forma de participação nos emolumentos, custas, taxas, coimas e multas.
2. A autorização prevista no número anterior tem o seguinte sentido e extensão:
  - a) A fixação dos suplementos remuneratórios deve levar em consideração o princípio de equidade e da legalidade, avaliação com base no mérito e resultados.
  - b) Revogar todos os diplomas avulsos que disponham sobre quaisquer remunerações acessórias atribuídas ao pessoal da DNRE, a qualquer título, designadamente sobre a periodicidade, percentagens a receber, critérios de distribuição e gestão, moldes de pagamento entre outros.
3. A autorização legislativa tem a duração de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da entrada em vigor do presente diploma.

#### Artigo 57.º

### **(Garantias do Estado)**

1. O limite para a concessão de aval e outras garantias do Estado é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em 11.500.000.000\$00 (onze mil milhões e quinhentos mil escudos) repartido em:
  - a) [...]
  - b) [...]
  - c) 500.000.000\$00 (quinhentos milhões de escudos), para operações dos Partidos Políticos ou outras organizações afins, que resultarem do adiamento do pagamento de despesas obrigatórias.
2. [...].”